

# Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque d'Ávila Pereira

Os conflitos entre brasileiros e portugueses, na Bahia, tiveram início no começo de 1822. Em fevereiro deste ano, entre os dias de 17 e 20, os militares brasileiros se insurgiram contra a nomeação de Madeira de Melo pelas Cortes Portuguesas, para o cargo de Governador das Armas da província e rebelaram-se em diversos quartéis da cidade de Salvador. Foi durante esses confrontos que a Abadessa Joana Angélica foi assassinada em frente à clausura do Convento da Lapa. Os revoltosos exigiam que o brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães fosse mantido no cargo de Governador da Armas, uma vez que já o vinha exercendo de forma interina.

A partir desse momento, o tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque d'Ávila Pereira, também conhecido como Santinho, de 34 anos, mostrou-se disposto a lutar ao lado dos revoltosos. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira (2000, p. 391), ao saber dos acontecimentos na cidade do Salvador, Joaquim partiu para a Casa da Torre com o objetivo de armar seus batalhões e marchar para Itapuã de onde impediria a entrada de reforços das tropas portuguesas.

Após o controle da rebelião pelas tropas leais à Madeira de Melo, parte dos revoltosos, entre eles os capitães Joaquim Sátiro Cunha, Joaquim José Rodrigues, Luis Lopes Vilas Boas e os tenentes José Pedro de Alcântara, José Lucatele de Menezes Doria e Joaquim Procópio Pinto Chichorro, acompanhados de suas tropas, conseguiram escapar do cerco ao Forte São Pedro e dirigiram-se para a Casa da Torre para unirem-se às tropas formadas por Santinho com o objetivo de se prepararem para retomarem Salvador. Joaquim Pires de Carvalho teria marchado sobre a capital da província se não fosse impedido por seus irmãos Antônio Joaquim – futuro morgado da Casa da Torre – e Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque d'Ávila Pereira. Este membro da Junta Provisória de Governo, instituição que era responsável pelo governo da província, mas que, desde a instalação das Cortes em Portugal, tornou-se um órgão figurativo, enquanto o Governador das Armas assumia o poder.

Com o passar dos meses, o aprofundamento da crise entre brasileiros e portugueses tornou qualquer tentativa de conciliação impossível, e, após a aclamação de D. Pedro como Príncipe Regente na Vila de Cachoeira, em 25 de junho de 1822, o conflito armado recomeçou. Grande parte da população de Salvador já havia fugido para o Recôncavo, enquanto muitos portugueses, que habitavam esta região da província, fizeram o caminho inverso, rumaram para a capital em busca de proteção.

Entre os brasileiros que saíram de Salvador estavam os irmãos da Casa da Torre, já bastante envolvidos nas lutas. Antônio Joaquim tornou-se o comandante militar da Vila de Santo Amaro; Francisco Elesbão foi eleito chefe do Conselho Interino de Governo – órgão civil que assumiu o governo da província durante os conflitos e tinha sede na Vila de Cachoeira – e Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque d'Ávila Pereira estava articulado com o corregedor Antônio José Duarte de Araújo Gondim, Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão e Bento de Araújo Lopes Vilas Boas, para promover a aclamação de D. Pedro como Príncipe Regente em Santo Amaro.

Santinho é considerado o primeiro brasileiro a arregimentar tropas para lutar contra os portugueses, pois, em 18 de julho de 1822, já estava com suas tropas colocadas em Pirajá, fechando a estrada das boiadas, e, como afirma Luiz Alberto Moniz Bandeira:

*Essa iniciativa do tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque revestiu-se de enorme importância estratégica, pois, estando a cidade de Salvador em uma península, banhada de um lado pelo Atlântico e, do outro, pelas águas da Baía de Todos os Santos, ele assentou os dois batalhões da Torre na sua base, ou seja, Pirajá, uma colina cercada de um lado por matas, onde brejos e alagadiços não faltavam, e, de outro, pela encosta que se projetava sobre as praias de Itacaranha, Periperi e outras,. [...] E ali, por onde a estrada das Boiadas, [...], passava, o coronel Santinho, ao ocupá-la, estendeu as linhas de um ao outro lado e, fechando assim o acesso terrestre a Salvador, interceptou suas comunicações e passou a impedir que o gado lá entrasse, [...], privando as tropas portuguesas de abastecimento. (BANDEIRA, 2000, p. 408-409).*

Ainda em 18 de julho de 1822, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque liberou uma proclamação aos habitantes de Salvador no qual dizia:

*Habitantes da Bahia! Os males que tendes sido vítimas não nos são estranhos: os nossos governos não os pode remediar: as provisões de boca estão cortadas, e não sei qual seja a vossa demora nessa malfadada cidade: fugi para o seio de vossos irmãos, que de braços abertos vos esperam: vinde com eles vencer ou morrer pelo nosso adorado príncipe, por el-rei e pelas Cortes, que não autorizaram tiranos para nos flagelarem. Habitantes da Bahia! A demora é prejudicial, confiai em meu patriotismo e crede que no estado da defesa em que me acho não me atemorizam esses vassallos que nos oprimem. (BANDEIRA, 2000, p. 410).*

Os batalhões comandados por Santinho eram compostos por milicianos, militares, negros e índios. Entre os últimos destacou-se o índio Bartolomeu que, no comando dos tapuias trazidos de Maçarandupió, Soure e Marandela, lutou bravamente durante a Batalha de Pirajá em 08 de novembro de 1822 (BANDEIRA, 2000, p. 410).

O braço direito do tenente-coronel Joaquim, foi o capitão Pedro Ribeiro de Araújo que coordenava as operações em Pirajá, enquanto Santinho cuidava das operações na área de Itapuã, já que o território ocupado era muito vasto – das estradas de Feira do Capuame e Pirajá e da Baía de Aratu até Itapuã – para apenas uma pessoa comandar. As ações militares eram nos moldes da guerra de guerrilha, com ataques localizados e rápidos, mas efetivos, evitando o avanço português e chegando até a entrar em Salvador em algumas ocasiões.

Até a chegada do general Pedro Labatut e o seu “exército pacificador” à Bahia, em 28 de outubro de 1822, coube a Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque o comando geral das ações militares dos brasileiros. Por sua atuação nessa função, Santinho foi promovido por Labatut em 29 de outubro de 1822, a coronel do Estado-Maior e ajudante general do exército. Durante a Batalha de Pirajá, os batalhões da Torre se destacaram muito durante a luta, mas o já coronel Joaquim ressentiu-se por ter perdido espaço no comando das operações. Por isso, pediu dispensa do exército após esta batalha por 60 dias.

O descontentamento tanto do Conselho Interino de Governo, quanto de Santinho com os desmandos do general Labatut só aumentavam, e, numa tentativa do já Imperador D. Pedro de amenizar os ânimos na Bahia, Joaquim foi nomeado para o cargo de Governador da Armas do Ceará, em 07 de fevereiro de 1823 (Bandeira, 2000, p. 452). Mas isso não foi o suficiente para evitar que, em 19 de maio, o general Labatut mandasse prender Joaquim Pires de

Carvalho e Albuquerque, sob a acusação de conspiração para a deposição do próprio Labatut – ordem que não foi cumprida. Sendo o general deposto em 21 de maio e 1823.

Até o final do conflito a participação de Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque d'Ávila Pereira manteve-se fundamental para as lutas de independência. Ele, em alguns momentos, chegou a financiar a guerra, pagando soldos e a compra de mantimentos, armamentos e munições com recursos próprios. Por sua dedicação e lealdade ao Imperador, durante viagem do mesmo à Bahia no período de 27 de fevereiro a 19 de março de 1826, o coronel Joaquim recebeu o título de Barão de Pirajá, e, seis meses depois, em 12 de outubro do mesmo ano, foi elevado a Visconde de Pirajá.

Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque d'Ávila Pereira nasceu em 1788, filho de José Pires de Carvalho e Albuquerque e Ana Maria de S. José e Aragão – morgada da Casa da Torre – e morreu em 29 de julho de 1848, ainda fiel aos princípios de lealdade e patriotismo que o levaram a engajar-se tão ardentemente nas lutas de Independência do Brasil na Bahia.

*Ana Luiza Araújo Caribé de Araújo Pinho.*

## REFERÊNCIA

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: a casa da torre de Garcia d'Ávila – da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. ed. Salvador: São Paulo: UNESP, Edufba, 2001.

\_\_\_\_\_. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: Edufba, 2005.